

■ NACIONAL

economia - Brasil

Serra critica cortes e ataca equipe econômica

Segundo nota oficial, a CPMF não beneficiou a Saúde e as destinações da Cofins também diminuíram

Vicente Nunes, de Brasília

O ministro da Saúde, José Serra, decidiu ontem sair do silêncio no qual estava mergulhado há dias e divulgou, por meio de sua assessoria econômica, nota oficial de seis páginas com uma série de críticas à decisão do governo de cortar verbas de sua pasta, dentro do programa de ajuste fiscal. O ministro acusou ainda o governo de desviar fontes de financiamento da Saúde, compensadas, em grande parte, pelas receitas da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

“A CPMF, cobrada a partir de 23 de janeiro de 1997, não beneficiou a Saúde. O que houve foi desvio de outras fontes, ou seja, a receita da CPMF foi destinada à Saúde, mas foram diminuídas as destinações à Saúde decorrentes de contribuições sobre o lucro e da Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social)”, diz a nota.

A decisão de Serra de partir para o ataque à equipe econômica deixou o presidente Fernando Henrique Cardoso irritado. Ele soube da di-

vulgação da nota oficial por volta da 19 horas e pediu que seus assessores lhe apresentassem o texto na íntegra. A revolta de Fernando Henrique é explicada pelo fato de o governo estar num momento delicado de negociação com sua base no Congresso para a aprovação do pacote fiscal, que tem como dois de seus pontos principais a prorrogação e o aumento da alíquota da CPMF, de 0,2% para 0,38%.

“Há uma resistência silenciosa na base governista para a aprovação do pacote. Cada partido está barganhando vantagens no próximo governo de Fernando Henrique. Mas quando um líder como Serra resolve tornar públicas as resistências ao pacote, a situação se complica para o governo”, disse um interlocutor do presidente. “Não há dúvidas que essa posição cria problemas para a aprovação da continuidade e da nova alíquota da CPMF”, disse um assessor do ministro.

A nota oficial chama a “atenção da opinião pública” para o fato de as

Gastos							
Execução financeira do Tesouro - Despesas de OCC (incluem restos a pagar)							
Ordenado pelo crescimento do gasto entre 1994 e 1998 - em % do PIB							
	1994	1995	1996	1997	1998	1998-94	Cresc. 98/94
Ministério de Minas e Energia	0,02	0,01	0,01	0,00	0,00	-0,01	-72,4
Ministério da Fazenda	0,12	0,06	0,04	0,06	0,05	-0,07	-50,1
Ministério das Relações Exteriores	0,04	0,03	0,03	0,03	0,02	-0,02	-45,6
Ministério da Adm. Federal e Reforma do Estado	0,01	0,00	0,01	0,01	0,01	0,00	-45,8
Ministério da Ciência e Tecnologia	0,10	0,11	0,11	0,08	0,07	-0,03	-31,3
Ministérios Militares	0,21	0,21	0,22	0,20	0,18	-0,04	-16,4
Ministério da Saúde	1,36	1,21	1,06	1,33	0,19	-0,17	-12,4
Ministério do Trabalho	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00	-5,7
Ministério da Previdência Social (inclui benefício)	5,03	5,08	5,30	5,61	0,03	1,00	19,9
Ministério das Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23,5
Ministério da Educação e do Desporto	0,14	0,21	0,20	0,23	0,21	0,06	45,2
Advocacia Geral da União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49,6
Presidência da República	0,01	0,01	0,02	0,02	0,02	0,01	52,0
Ministério da Cultura	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00	73,9
Ministério da Justiça	0,01	0,02	0,02	0,02	0,02	0,01	75,1
Ministério dos Transportes	0,10	0,12	0,18	0,26	0,24	0,14	142,1
Ministério da Indústria, Comércio e Turismo	0,00	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01	238,6
Ministério da Agricultura e Reforma Agrária	0,04	0,04	0,08	0,14	0,16	0,12	289,0
Vice-Presidência da República	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	289,9
Ministério do Planejamento e Orçamento	0,02	0,06	0,09	0,08	0,12	0,09	410,1
Ministério do M. Amb. Rec. Hídricos e Amazônia Legal	0,00	0,04	0,06	0,09	0,09	0,09	1.810,2

Fonte: BNDES

despesas com a Saúde, na rubrica custeios e capital do Orçamento Geral da União, terem aumentado 1,2% nos quatro anos do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique, enquanto o conjunto de gastos orçamentários cresceu 15,8%. No caso da Educação, houve redução de quase 3% nas despesas no período.

Outro argumento levantado pelo ministro para contestar os possíveis cortes na sua pasta foi que, entre 1994 e 1998 (execução financeira), o gasto com Saúde, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), caiu 12,4%. As despesas de outros ministérios subiram, no entanto, 22,6%. Em valores constantes, os gastos da

Saúde cresceram 17,9%, ante um aumento de 56,2% no conjunto dos outros ministérios. “Se a equipe econômica insistir nos cortes de verbas da Saúde, terá de indicar outras formas de o ministério cumprir seus compromissos”, disse o assessor.

Alguns fontes próximas a Fernando Henrique interpretaram a reação

de Serra como uma resposta ao fato de o presidente ainda não tê-lo confirmado no ministério do segundo mandato, como fez com Pedro Malan, da Fazenda, e Paulo Renato Souza, da Educação. Essas mesmas fontes levantaram a possibilidade de Serra estar abrindo caminho para a sua saída do governo, ainda que isso ocorra só no fim do ano, para não tumultuar ainda mais as negociações do pacote fiscal com o Congresso.

Quando Serra assumiu a Saúde, em 31 de março deste ano, era tranquilo o cenário externo e grande a abundância de dinheiro para o Brasil. Em seu discurso de posse, ele fez questão de ressaltar que o presidente Fernando Henrique lhe garantira que não faltaria dinheiro para a Saúde. Mas, na atual conjuntura, o Ministério da Saúde passou a ser secundário. E Serra não se conforma em se tornar um ministro invisível, sobretudo por causa de seus interesses políticos de suceder Fernando Henrique em 2002.

Para o ministro, analisaram fontes do Planalto, seria melhor voltar para o Senado do que permanecer à frente de um ministério com deficiência de caixa para executar programas prioritários.

Melhor seria ficar na posição de estilingue que de vidraça.